

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS COMPLEMENTARES

1. Introdução

Este documento serve como justificativa formal para a dispensa da publicação antecipada por três dias para recebimento de proposta complementar, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021, no processo de Contratação de empresa para manutenção corretiva de 02 nobreaks de patrimônio da Alexânia Previdência.

2. Justificativa para Dispensa de Publicação para recebimento de proposta complementar.

Nos termos do §7º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá dispensar a publicação para recebimento de propostas complementares, desde que presente justificativa que demonstre a vantajosidade da contratação e a compatibilidade do preço com o valor de mercado.

A presente Contratação de empresa para manutenção corretiva de 02 nobreaks, os quais são indispensáveis para o funcionamento contínuo e adequado da Previdência de Alexânia.

Urgência no serviço: A falta de funcionamento dos nobreaks implica diretamente na continuidade das atividades essenciais do órgão, uma vez que os computadores são equipamentos indispensáveis para a execução das funções administrativas e operacionais da Alexânia Previdência. Qualquer interrupção ou atraso na prestação de serviços de manutenção comprometeria o andamento normal das atividades, prejudicando prazos e o atendimento aos servidores e cidadãos.

Risco à segurança das operações: Os nobreaks têm a função de garantir a estabilidade do fornecimento de energia elétrica, evitando danos aos equipamentos e interrupções nos serviços prestados pelo órgão. A falha no fornecimento contínuo de energia pode resultar em perda de dados e até mesmo danos irreparáveis aos sistemas de computação utilizados na administração pública.

Previsão de Impacto Administrativo: A observância dos 3 dias para a publicação no Diário Oficial, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021, resultaria em um atraso no início da prestação do serviço, o que comprometeria a operação diária do órgão. Considerando a natureza crítica do serviço de manutenção corretiva, o atraso no atendimento acarretaria prejuízos administrativos, comprometendo o funcionamento do setor de tecnologia e, consequentemente, a prestação de serviços à população.

Excepcionalidade e Adequação: Tendo em vista a urgência e a natureza essencial



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA

CNPJ: 04.902.949/0001-38

dos serviços prestados pela Alexânia Previdência, bem como a especificidade do objeto, a dispensa da publicação por 03 dias visa garantir a continuidade das operações do órgão sem interrupções, atendendo à necessidade de eficiência administrativa e à preservação da segurança dos sistemas de informação.

Transparência e Controle Interno: A medida de dispensa de licitação será adotada com total transparência, e todas as etapas do processo serão devidamente documentadas e acompanhadas por controles internos, garantindo a regularidade do procedimento. A formalização do processo de dispensa de licitação será acompanhada das devidas justificativas técnicas e administrativas.

Foi realizada pesquisa prévia de preços junto a fornecedores do ramo, com a devida instrução no processo, conforme determina o art. 23, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Os valores apresentados demonstram compatibilidade com os preços praticados no mercado, estando dentro dos parâmetros aceitáveis de economicidade e vantajosidade para a Administração.

A escolha do fornecedor observou os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e interesse público, com a documentação de habilitação e a proposta devidamente analisadas e arquivadas no processo.

Diante disso, justifica-se a dispensa da publicação para recebimento de proposta complementar, uma vez que:

- O preço ofertado está compatível com o mercado, conforme demonstrado na pesquisa de preços;
- Não foram identificadas irregularidades ou restrições à competitividade no procedimento de contratação;
- A proposta apresentada demonstra-se vantajosa e atende plenamente às necessidades da Administração;
- A publicação para novas propostas implicaria em atraso no atendimento da demanda, sem expectativa de ganho adicional em termos de preço ou qualidade;
- A contratação é necessária, urgente e justificada, dada a essencialidade dos materiais para a continuidade dos serviços legislativos e administrativos.

Portanto, nos termos do art. 75, §7º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração considera desnecessária a publicação para recebimento de proposta complementar, por estar comprovada a regularidade, economicidade, vantajosidade e necessidade da contratação.

3. Compromisso com a Transparência e a Ética

Reafirmamos nosso compromisso com a transparência e a ética administrativa. Todo o processo de contratação e as decisões tomadas serão documentadas, estando disponíveis para revisão e auditoria.

4. Fundamentação

Atendendo ao que a legislação preconiza, conforme art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21 (NLL), que, por sua vez, a Lei determina que as contratações



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA

CNPJ: 04.902.949/0001-38

diretas, por dispensa em razão do valor, sejam precedidas **preferencialmente** “... de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa”.

O termo “**preferencialmente**” faz com que se torne absolutamente imprescindível a inclusão de justificativa, caso se opte por não se efetuar o procedimento previsto no referido parágrafo.

Preliminarmente, cabe destacar que o Processo Licitatório em questão teve todos seus atos devidamente publicados, ocorreu em perfeita sintonia com os ditames legais.

Ainda, a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/21, no tocante à modalidade e ao procedimento.

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comumente chamada de Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC, prevê, em seu art. 75, dezenas de hipóteses de contratação direta por dispensa de licitação, incluindo as dispensas de licitação em razão do valor, previstas nos incisos I e II, que são as mais conhecidas, juntamente com a dispensa emergencial.

Especificamente para as duas primeiras hipóteses, de dispensa de licitação em razão do valor do dispêndio no exercício, a NLLC prevê que deve ser feita preferencialmente a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, com o propósito específico de obter propostas adicionais. Confira o excerto abaixo, com a redação completa do dispositivo:

“Art. 75, § 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.”

Em primeiro lugar, observe-se que tal procedimento não é obrigatório, em que pese ser de uso preferencial e exigir motivação para o seu afastamento. E como a Controladoria-Geral da União-CGU indica que o custo processual é diretamente proporcional ao tempo gasto no processo administrativo de contratação, se a potencial economia obtida na disputa não compensar tais custos, a Dispensa Eletrônica se tornaria “deficitária”.

Em segundo lugar, observe-se que a lei determina que deve ser selecionada sempre a proposta mais vantajosa. E, para tanto, **foi adotado o procedimento de “NEGOCIAÇÃO”**, que a NLLC faculta para uso na licitação e seria no mínimo desarrazoado proibir a negociação no procedimento de contratação direta, já que para ele a legislação prevê controles menos burocráticos, e não há sequer previsão legal de disputa neste caso.

É importante observar que, pela ordem do texto constitucional, a isonomia é uma garantia intrínseca à licitação, não exigível nos casos onde o legislador permite afastar a licitação e realizar a contratação direta:

“Art. 37, XXI - ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos



ALEXÂNIA PREV

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA

CNPJ: 04.902.949/0001-38

os concorrentes... “

É dizer que, se a Administração adotar legitimamente uma das hipóteses legais de contratação direta, não há que se impor a ela o dever de garantir a isonomia entre todos os potenciais interessados naquela contratação, já que se trata de contratação direta, sem obrigação de disputa. Até mesmo por isto o legislador previu o controle de fracionamento, que deve levar em conta o ramo de atividade dos potenciais fornecedores e, somente quando ultrapassado o limite legal de valor, somado ao longo de todo o exercício, é que o órgão fica obrigado a cumprir o dever constitucional de licitar e, com isto, garantir a isonomia.

Se observarmos as exigências legais para o processo de contratação direta, vamos notar que no art. 72 da NLLC exige-se a indicação da "razão da escolha do contratado", por tanto, observa-se que a empresa a ser contratada possui vasta gama de atendimentos a entes municipais, bem como, prestou com excelência outras contratações realizadas junto ao nosso município, conforme previsão nos termos do §3º do art. 87 da NLLC.

Por fim, diante de todo o exposto, conforme previsão contida no art. 23, § 1º, c/c I e IV, do art. 23, da Lei Federal nº 14.133/21 (NLL), realizou-se pesquisa de preços com 03 (três) potenciais fornecedores.

5. Conclusão

Com base nos argumentos apresentados, justifica-se a dispensa da publicação antecipada por três dias para a Contratação de empresa para manutenção corretiva de 02 nobreaks de patrimônio da Alexânia Previdência. Esta medida é tomada no melhor interesse da comunidade atendida e em conformidade com as normas legais pertinentes.

Alexânia, aos 01 de abril de 2025.

ADEMIR VIANA ALVES

Gestor do Fundo Municipal da Previdência Social